

Município de Nova Esperança do Sul – RS							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023							
TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas							
Indicador	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	4,52%	10,06%	7,89%	5,20%	3,30%	3,00%	
VARIAÇÃO DO PIB	-3,90%	4,60%	0,70%	0,50%	1,80%	2,00%	
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	1,53%	-13,79%	-2,09%	-4,78%	-6,89%	-4,59%	
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	-13,40%	17,12%	23,67%	9,13%	16,64%	16,48%	
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	24,61%	-22,78%	14,04%	5,29%	-1,15%	6,06%	
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO	0,22%	14,57%	6,90%	7,23%	9,57%	7,90%	
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	5,59%	23,72%	-5,90%	7,81%	8,54%	3,48%	
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL – EXECUTIVO	0,89%	0,00%	4,50%	0,00%	0,00%	0,00%	
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	0,89%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	-42,49%	204,19%	27,81%	63,17%	98,39%	63,12%	
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	1,90%	9,15%	13,25%	10,75%	8,00%	7,50%	
Taxa de Câmbio (Média do Ano)	0,00	0,00	5,00	5,04	5,05	5,02	
1 - Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origem/espécie/rubrica de receita e/ou grupo de natureza de despesa.							
2 - Os percentuais referentes ao IPCA, Variação do PIB, Taxa Selic e Taxa de Câmbio foram extraídos do "Relatório Focus" divulgado pelo Banco Central do Brasil (https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus) do dia 15/07/2022.							

## Município de Nova Esperança do Sul – RS

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023

## Tabela 02 - Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas

Código até 2022	Código a partir de 2023	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	Valores em R\$ 1,00						
			ARRECADADA 2019	ARRECADADA 2020	ARRECADADA 2021	REESTIMADO 2022	PROJETADO 2023	PROJETADO 2024	PROJETADO 2025
1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.0.0.0.0.0.0.0	Receitas Correntes	22.372.904,92	22.699.619,47	28.290.925,24	32.649.103,02	36.995.232,28	39.749.757,57	43.247.180,02
1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.1.0.0.0.0.0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.873.544,42	2.995.703,98	1.325.539,11	2.361.228,10	2.745.058,02	2.802.364,96	3.081.360,36
1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.1.1.0.0.0.0.0	IRRF s/Rend.Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas	367.787,68	418.321,89	349.542,20	537.329,15	558.530,86	570.317,12	623.010,27
1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.1.1.0.0.0.0.0	IRRF s/Rend.Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo	2.109,61	3.331,57	1.378,35	2.543,93	3.144,25	3.210,60	3.507,23
1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.1.1.0.0.0.0.0	Demais Impostos	1.091.097,23	1.480.974,87	1.252.176,04	1.410.878,06	1.789.600,34	1.827.364,96	1.996.200,17
1.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.1.2.0.0.0.0.0	Taxas	212.549,90	193.075,63	323.442,52	410.476,96	393.782,58	402.092,28	439.242,88
1.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.1.3.0.0.0.0.0	Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.2.0.0.0.0.0.0	Contribuições	623.558,93	702.114,27	847.990,09	932.337,36	973.207,03	953.447,83	950.818,41
1.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.2.1.0.0.0.0.0	Contribuições Sociais	489.310,72	571.546,97	704.577,59	731.029,28	779.540,63	749.789,40	736.854,86
1.2.1.8.0.0.0.0.0.0.0.0	1.2.1.8.0.0.0.0	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (dos servidores)	489.310,72	571.546,97	704.577,59	731.029,28	779.540,63	749.789,40	736.854,86
1.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.2.1.0.0.0.0.0	Contribuição para os Fundos de Assistência Médica	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.0.99.0.0.0.0.0.0.0	1.2.1.0.99.0.0	Outras Contribuições Sociais	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.8.0.0.0.0.0.0.0.0	1.2.1.8.0.0.0.0	Contribuições Sociais específicas de Estados, DF, Municípios (Exceto para o RPPS)	-	-	-	-	-	-	-
1.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.2.2.0.0.0.0.0	Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
1.2.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.2.4.0.0.0.0.0	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	134.248,21	130.567,30	143.412,50	201.308,08	193.666,41	203.658,43	213.963,55
1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.0.0.0.0.0.0	Receita Patrimonial	2.218.609,52	1.495.648,17	1.195.293,89	2.453.157,73	2.087.001,26	2.194.158,11	2.304.587,51
1.3.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.1.0.0.0.0.0	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	36.769,78	17.564,65	16.197,13	35.872,76	27.960,71	28.883,41	29.749,91
1.3.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.2.0.0.0.0.0	Valores Mobiliários	2.181.839,74	1.478.083,52	1.179.096,76	2.417.284,97	2.059.040,56	2.165.274,70	2.274.837,60
1.3.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.2.1.0.0.0.0	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados - Principal	20.128,98	4.847,26	56.018,53	196.006,11	100.089,21	105.253,21	110.579,02
1.3.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.2.1.0.0.0.0	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (Valor Líquido Arrecadado)	25.050,89	12.223,92	148.964,17	299.541,87	181.578,28	190.946,61	200.608,51
1.3.2.1.0.0.4.0.0.0.0.0	1.3.2.1.0.0.4.0	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (Valor Líquido Arrecadado)	2.136.659,87	1.461.012,34	974.114,06	1.921.736,99	1.777.373,09	1.869.074,88	1.963.650,07
1.3.2.1.0.0.5.0.0.0.0.0	1.3.2.1.0.0.5.0	Juros de Títulos de Renda	-	-	-	-	-	-	-
1.3.2.9.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.2.9.0.0.0.0	Outros Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-
1.3.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.3.0.0.0.0.0	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	-	-	-	-	-	-	-
1.3.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.6.0.0.0.0.0	Cessão de Direitos	-	-	-	-	-	-	-
1.3.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.9.0.0.0.0.0	Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-
1.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.4.0.0.0.0.0.0	Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-
1.5.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.5.0.0.0.0.0.0	Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-
1.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.6.0.0.0.0.0.0	Receita de Serviços	65.341,20	196.615,47	120.363,61	106.991,32	177.048,23	186.182,86	195.603,71
1.6.4.0.0.1.0.0.0.0.0.0	1.6.4.0.0.1.0.0.0	Retorno de Operações - Juros e Encargos Financeiros / Rem. s/Repasse para Programas de Desenv. Econômico	-	-	-	-	-	-	-
1.6.4.0.0.3.0.0.0.0.0.0	1.6.4.0.0.3.0.0.0	Demais Serviços	65.341,20	196.615,47	120.363,61	106.991,32	177.048,23	186.182,86	195.603,71
1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.7.0.0.0.0.0.0	Transferências Correntes	17.545.867,27	18.103.359,69	24.030.659,73	26.668.339,14	29.847.402,95	33.442.005,92	36.558.103,46
1.7.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.7.1.0.0.0.0.0	Transferências da União e de suas Entidades	9.652.465,78	9.733.084,59	12.578.532,07	14.526.680,00	15.932.044,43	17.868.711,02	19.719.249,79
1.7.1.8.0.1.2.0.0.0.0.0.0	1.7.1.8.0.1.2.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	7.856.676,68	7.654.273,71	10.319.993,65	11.740.209,53	12.942.763,28	14.649.013,74	16.280.197,84
1.7.1.8.0.1.3.0.0.0.0.0.0	1.7.1.8.0.1.3.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	354.693,52	344.445,14	452.337,92	488.027,38	560.698,28	634.615,39	705.280,53
1.7.1.8.0.1.4.0.0.0.0.0.0	1.7.1.8.0.1.4.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	341.589,25	345.179,50	399.571,60	431.097,80	514.385,49	582.197,17	647.025,48
1.7.1.8.0.1.5.0.0.0.0.0.0	1.7.1.8.0.1.5.0	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	12.347,34	22.429,66	12.235,39	12.377,38	20.951,83	23.713,92	26.354,49
1.7.1.8.0.2.0.0.0.0.0.0.0	1.7.1.8.0.2.0.0	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	123.835,34	123.148,86	183.539,54	241.161,02	237.256,28	268.533,89	298.435,44
1.7.1.8.0.3.0.0.0.0.0.0.0	1.7.1.8.0.3.0.0	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	520.730,96	833.007,03	785.229,82	902.396,15	1.030.910,68	1.064.930,73	1.096.878,66
1.7.1.8.0.6.0.0.0.0.0.0.0	1.7.1.8.0.6.0.0	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	116.086,76	107.103,54	43.912,12	56.627,90	86.324,69	89.173,41	91.848,61
1.7.1.8.0.5.0.0.0.0.0.0.0	1.7.1.8.0.5.0.0	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	326.505,93	303.497,15	381.706,03	399.551,93	442.191,29	456.783,60	470.487,11
1.7.1.8.0.6.0.0.0.0.0.0.0	1.7.1.8.0.6.0.0	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. N° 87/96	-	-	-	-	-	-	-
1.7.1.8.0.10.0.0.0.0.0.0	1.7.1.8.0.10.0.0	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.7.2.0.0.0.0.0	Outras Transferências da União	-	-	-	255.230,91	96.562,60	99.749,16	102.741,64
1.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.7.2.0.0.0.0.0	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	4.834.392,50	5.134.803,09	7.105.762,93	7.296.756,24	8.503.103,85	9.452.755,92	10.041.219,04
1.7.2.0.1.0.0.0.0.0.0.0	1.7.2.0.1.0.0.0	Cota-Parte do ICMS	3.840.945,00	4.170.596,79	5.552.016,65	5.576.250,37	6.723.420,38	7.538.597,36	8.035.119,11
1.7.2.0.1.2.0.0.0.0.0.0	1.7.2.0.1.2.0.0	Cota-Parte do IPVA	512.355,70	502.971,44	610.823,53	642.808,90	772.362,57	866.007,20	923.045,85
1.7.2.0.1.3.0.0.0.0.0.0	1.7.2.0.1.3.0.0	Cota-Parte do IPI - Municípios	53.725,33	59.409,94	57.147,90	57.697,98	77.060,76	86.403,94	92.094,85
1.7.2.0.1.4.0.0.0.0.0.0	1.7.2.0.1.4.0.0	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	8.760,95	7.439,40	4.798,25	8.074,02	8.937,49	10.021,11	10.681,14
1.7.2.0.1.5.0.0.0.0.0.0	1.7.2.0.1.5.0.0	Outras Participações na Receita dos Estados	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.0.1.9.0.0.0.0.0.0	1.7.2.0.1.9.0.0	Outras Transferências dos Estados	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.0.3.0.0.0.0.0.0.0	1.7.2.0.3.0.0.0	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	261.023,03	314.128,02	805.878,74	909.685,98	816.442,47	843.385,07	868.886,62
1.7.2.0.4.0.0.0.0.0.0.0	1.7.2.0.4.0.0.0	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	149.029,21	63.539,38	66.451,64	94.991,73	91.262,07	94.273,72	97.101,93
1.7.2.0.9.0.0.0.0.0.0.0	1.7.2.0.9.0.0.0	Outras Transferências dos Estados	8.553,28	16.718,12	8.646,22	7.247,26	13.618,12	14.067,51	14.489,54
1.7.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.7.3.0.0.0.0.0	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
1.7.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.7.4.0.0.0.0.0	Transferências de Instituições Privadas	-	86.161,62	2.112,50	11.861,35	42.866,08	44.280,66	45.609,08
1.7.5.0.0.1.0.0.0.0.0.0	1.7.5.0.0.1.0.0.0	Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	3.050.515,05	3.141.285,15	4.337.653,09	4.823.373,29	5.359.491,67	6.066.035,93	6.741.495,84
1.7.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.7.6.0.0.0.0.0	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
1.7.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.7.7.0.0.0.0.0	Transferências de Pessoas Físicas	8.493,94	6.025,24	6.696,26	9.896,73	10.223,32	10.530,02	-
1.8.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.8.0.0.0.0.0.0	Outras Receitas Correntes	245.983,58	106.176,92	171.082,81	127.049,37	165.514,97	170.976,97	176.106,28
1.9.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.9.1.0.0.0.0.0	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
1.9.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.9.2.0.0.0.0.0	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	245.734,48	101.437,67	170.251,56	113.922,87	158.140,04	163.358,66	168.259,42
1.9.2.0.1.0.0.0.0.0.0.0	1.9.2.0.1.0.0.0	Restituição de Convênios - Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
1.9.2.0.1.2.0.0.0.0.0.0	1.9.2.0.1.2.0.0	Outras Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	245.734,48	101.437,67	170.251,56	113.922,87	158.140,04	163.358,66	168.259,42
1.9.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.9.3.0.0.0.0.0	Demais Receitas Correntes	249,10	4.739,25	831,25	13.126,50	7.374,93	7.618,30	7.846,85
1.9.9.0.0.3.0.0.0.0.0.0	1.9.9.0.0.3.0.0	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	-	528,14	831,25	9.974,50	4.349,68	4.493,22	4.628,01
1.9.9.0.0.6.0.0.0.0.0.0	1.9.9.0.0.6.0.0	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.1.1.0.0.0.0.0.0	1.9.9.0.1.1.0.0	Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.1.2.0.0.0.0.0.0	1.9.9.0.1.2.0.0	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	-	4.211,11	-	3.152,00	3.025,25	3.125,08	3.218,84
1.9.9.0.99.2.0.0.0.0.0	1.9.9.0.99.2.0	Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.99.0.0.0.0.0.0	1.9.9.0.99.0.0	Outras Receitas (demais receitas diversas)	249,10	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	2.0.0.0.0.0.0.0	Receitas de Capital	710.607,47	535.290,50	459.246,37	288.061,15	535.113,27	560.004,84	585.231,56
2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	2.1.0.0.0.0.0.0	Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-
2.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	2.2.0.0.0.0.0.0	Alienação de Bens	39.141,92	12.544,21	28.653,75	120.447,62	62.960,17	65.037,85	66.988,99
2.2.1.0.1.0.0.0.0.0.0.0	2.2.1.0.1.0.0.0	Alienação de Investimentos Temporários	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.8.0.1.2.0.0.0.0.0.0	2.2.1.8.0.1.2.0	Alienação de Investimentos Permanentes	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	2.2.1.0.0.0.0.0	Alienação de Bens Móveis	-	-	-	84.000,00	31.780,08	32.828,82	33.813,69
2.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	2.2.2.0.0.0.0.0	Alienação de Bens Imóveis	39.141,92	12.544,21	28.653,75	36.447,62	31.180,09	32.209,03	33.175,30
2.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	2.3.0.0.0.0.0.0	Amortização de Empréstimos	1.487,79	1.370,63	21.122,52	1.129,03	9.818,98	10.143,00	10.447,29
2.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	2.4.0.0.0.0.0.0	Transferências de Capital	665.384,83	512.382,08	393.991,08	-	409.957,17	439.755,48	459.755,48
2.4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	2.4.1.0.0.0.0.0	Transferências da União e de suas Entidades	372.093,40	422.382,00	141.446,00	-	243.938,28	256.524,03	269.504,15
2.4									

3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Legislativo	71.421,17	53.876,93	72.072,88	90.301,83	95.625,24	115.219,95	138.237,89
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - RPPS	60.882,43	33.464,54	38.276,51	52.473,73	54.953,67	66.214,31	79.442,20
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Restos a Pagar Pagos	546.521,19	738.145,80	581.238,66	993.370,76	811.006,16	821.446,97	901.532,87
3.3.91.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	38.874,73	-	-	13.632,07	4.693,98	6.291,94
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	901.897,45	601.799,44	1.508.865,87	1.989.947,95	2.535.303,03	4.961.368,72	8.181.037,64
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	712.845,48	414.399,90	1.321.331,60	1.802.264,56	2.304.648,60	4.723.102,49	7.935.623,82
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Executivo / Indiretas	704.299,83	412.901,90	1.318.335,60	1.797.824,76	2.298.808,36	4.711.133,61	7.915.514,05
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Legislativo	8.545,65	228,00	2.996,00	3.675,80	4.466,71	9.153,99	15.380,27
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - RPPS	-	1.270,00	-	764,00	1.373,53	2.814,89	4.729,50
4.4.91.00.00.00.00	Investimentos - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-
4.4.91.00.00.00.00	Investimentos - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Executivo / Indiretas	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Restos a a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-
4.5.91.00.00.00.00	Inversões Financeiras - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	189.051,97	187.399,54	187.534,27	187.683,39	230.654,43	238.266,23	245.413,82
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Executivo / Indiretas	189.051,97	187.399,54	187.532,27	187.683,39	230.653,73	238.265,30	245.413,26
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Restos a Pagar Pagos	-	-	2,00	-	0,70	0,93	0,56
4.6.91.00.00.00.00	Amortização da Dívida - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
9.9.99.99.99.99.01	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / RESERVA - SEM RPPS					3.309.982,40	2.354.346,82	(294.052,75)
9.9.99.99.99.99.02	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / RESERVA DO RPPS					2.779.352,00	2.818.271,00	2.880.350,69
TOTAL DAS DESPESAS		19.227.594,49	18.715.406,64	21.251.270,10	25.635.184,64	33.599.234,21	36.792.702,33	39.846.773,98

**Município de Nova Esperança do Sul – RS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023**  
**Tabela 03 - Estimativas para a Receita Corrente Líquida**  
**Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 18/2021, do TCE/RS**

ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	2025
<b>I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)</b>	<b>35.995.232,28</b>	<b>39.749.757,57</b>	<b>43.247.180,02</b>
<b>II - DEDUÇÕES</b>			
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	779.540,63	749.789,40	736.854,86
Compensação Financeira entre Regimes	4.349,68	4.493,22	4.628,01
Rendimentos de Aplicações de Rec.Previdenciários	1.777.373,09	1.869.074,88	1.963.650,07
Deduções da Receita Corrente	4.311.993,04	4.844.182,99	5.289.141,26
Outras deduções	-	-	-
<b>IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA (I-II+III)</b>	<b>29.121.975,85</b>	<b>32.282.217,08</b>	<b>35.252.905,83</b>
(-) Recursos de Emendas Parlamentares Individuais (código de natureza 1.7.1.0.00.00.00 com complemento de vínculo 3110)	-	-	-
<b>V - Receita Corrente Líquida para Fins de Endividamento</b>	<b>29.121.975,85</b>	<b>32.282.217,08</b>	<b>35.252.905,83</b>
(-) Recursos de Emendas Parlamentares de Bancada (código de natureza 1.7.1.0.00.00.00 com complemento de vínculo 3120)	-	-	-
<b>VI - Receita Corrente Líquida p/Despesas com Pessoal</b>	<b>29.121.975,85</b>	<b>32.282.217,08</b>	<b>35.252.905,83</b>

**Município de Nova Esperança do Sul – RS**  
**Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2023**

**Tabela 04 - Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2023 a 2025**

PODER EXECUTIVO			
	2023	2024	2025
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea “b” do inciso III do artigo 20 da LRF)	15.725.866,96	17.432.397,22	19.036.569,15
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	14.939.573,61	16.560.777,36	18.084.740,69
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	14.153.280,26	15.689.157,50	17.132.912,23
PODER LEGISLATIVO			
	2023	2024	2025
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea “b” do inciso III do artigo 20 da LRF)	1.747.318,55	1.936.933,02	2.115.174,35
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	1.659.952,62	1.840.086,37	2.009.415,63
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	1.572.586,70	1.743.239,72	1.903.656,91

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legal, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea “a” do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

Município de Nova Esperança do Sul – RS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023  
**TABELA 05 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida**

Exercício	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>	<b>947.693,53</b>	<b>883.697,45</b>	<b>771.976,82</b>	<b>867.789,27</b>	<b>841.154,51</b>	<b>826.973,53</b>
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual (inclusive parcelamentos)	947.693,53	883.697,45	771.976,82	867.789,27	841.154,51	826.973,53
Precatórios posteriores a 05-05-2000	-	-	-	-	-	-
<b>DISPONIBILIDADES DE CAIXA (II)</b>	<b>4.107.571,92</b>	<b>8.672.865,87</b>	<b>11.178.235,77</b>	<b>7.986.224,52</b>	<b>9.279.108,72</b>	<b>9.481.189,67</b>
Disponibilidade da Caixa Bruta	4.939.830,02	8.709.501,21	12.120.856,74	8.590.062,66	9.806.806,87	10.172.575,42
(-) Restos a Pagar Processados	835.096,42	39.473,66	945.459,29	606.676,46	530.536,47	694.224,07
Demais Haveres Financeiros	2.838,32	2.838,32	2.838,32	2.838,32	2.838,32	2.838,32
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III = I - II)</b>	<b>(3.159.878,39)</b>	<b>(7.789.168,42)</b>	<b>(10.406.258,95)</b>	<b>(7.118.435,25)</b>	<b>(8.437.954,21)</b>	<b>(8.654.216,14)</b>
Previsão de comprometimento da RCL com a Dívida Consolidada Líquida				-24,44%	-26,14%	-24,55%

**Cronograma Anual de Operações de Crédito e de Amortização e Serviço da Dívida**

**Valores em R\$**

Operações de Crédito / Pagamentos	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
<b>2.1 - Operações de Crédito</b>	-	-	-	-	-	-
<b>2.2 Encargos - Exceto RPPS</b>	<b>62.816,37</b>	<b>75.854,37</b>	<b>97.836,42</b>	<b>101.000,32</b>	<b>109.080,34</b>	<b>117.261,37</b>
<b>2.3 Amortizações - Exceto RPPS</b>	<b>187.399,54</b>	<b>187.532,27</b>	<b>187.683,39</b>	<b>230.653,73</b>	<b>238.265,30</b>	<b>245.413,26</b>

**Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:**

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

**Dívida Consolidada Líquida – DCL –** Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

**Município de Nova Esperança do Sul – RS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023**

**TABELA 06 - Demonstrativo da Memória de Cálculo do Resultado Primário e Nominal - ACIMA DA LINHA**

RECEITAS PRIMÁRIAS	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025
	Arrecadação	Arrecadação	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção
<b>Receitas Correntes - Exceto Intraorçamentárias</b>	<b>20.147.910,55</b>	<b>24.838.582,51</b>	<b>28.738.663,71</b>	<b>31.683.239,25</b>	<b>34.905.574,58</b>	<b>37.958.038,77</b>
(-) Aplicações Financeiras em Geral	17.071,18	204.982,70	495.547,98	281.667,47	296.199,82	311.187,53
(-) Aplicações Financeiras do RPPS	1.461.012,34	974.114,06	1.921.736,99	1.777.373,09	1.869.074,88	1.963.650,07
(-) Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-
<b>(=) Receitas Primárias Correntes (I)</b>	<b>18.669.827,03</b>	<b>23.659.485,75</b>	<b>26.321.378,74</b>	<b>29.624.198,69</b>	<b>32.740.299,88</b>	<b>35.683.201,17</b>
<b>Receitas de Capital - Exceto Intraorçamentárias</b>	<b>535.127,58</b>	<b>440.579,27</b>	<b>269.522,73</b>	<b>520.255,76</b>	<b>544.657,04</b>	<b>569.423,33</b>
(-) Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização de Empréstimos	1.370,63	21.122,52	1.129,03	9.818,98	10.143,00	10.447,29
(-) Alienação de Investimentos Temporários e Permanentes	-	-	-	-	-	-
(-) Outras Receitas de Capital - Não Primárias	8.993,66	15.479,10	166.484,50	73.346,39	75.766,82	78.039,82
<b>(=) Receitas Primárias de Capital (II)</b>	<b>524.763,29</b>	<b>403.977,65</b>	<b>101.909,20</b>	<b>437.090,40</b>	<b>458.747,22</b>	<b>480.936,21</b>
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAIS (III = I + II)</b>	<b>19.194.590,32</b>	<b>24.063.463,40</b>	<b>26.423.287,94</b>	<b>30.061.289,08</b>	<b>33.199.047,10</b>	<b>36.164.137,38</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025
	Pagamento	Pagamento	Pagamento Estimado	Projeção	Projeção	Projeção
<b>Despesas Correntes - Exceto Intraorçamentárias</b>	<b>17.126.919,29</b>	<b>18.797.016,94</b>	<b>22.644.181,01</b>	<b>23.946.045,56</b>	<b>25.634.326,12</b>	<b>28.030.899,57</b>
(-) Juros e Encargos da Dívida	62.816,37	81.635,20	97.836,42	103.027,46	111.768,89	118.880,42
<b>(=) Despesas Primárias Correntes (IV)</b>	<b>17.064.102,92</b>	<b>18.715.381,74</b>	<b>22.546.344,59</b>	<b>23.843.018,10</b>	<b>25.522.557,23</b>	<b>27.912.019,15</b>
<b>Despesas de Capital - Exceto Intraorçamentárias</b>	<b>601.799,44</b>	<b>1.508.865,87</b>	<b>1.989.947,95</b>	<b>2.535.303,03</b>	<b>4.961.368,72</b>	<b>8.181.037,64</b>
(-) Concessão e Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-
(-) Aquisiç. De Títulos de Capital Já Integralizado	-	-	-	-	-	-
(-) Aquisição de Títulos de Crédito	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização da Dívida	187.399,54	187.534,27	187.683,39	230.654,43	238.266,23	245.413,82
<b>(=) Despesas Primárias de Capital (V)</b>	<b>414.399,90</b>	<b>1.321.331,60</b>	<b>1.802.264,56</b>	<b>2.304.648,60</b>	<b>4.723.102,49</b>	<b>7.935.623,82</b>
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS ANTES DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA (VI = IV + V)</b>	<b>17.478.502,82</b>	<b>20.036.713,34</b>	<b>24.348.609,15</b>	<b>26.147.666,70</b>	<b>30.245.659,72</b>	<b>35.847.642,97</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA - PREVISÃO (VII)</b>				<b>6.089.334,40</b>	<b>5.172.617,82</b>	<b>2.586.297,95</b>
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS APÓS A RESERVA DE CONTINGÊNCIA (VIII = VI+ VII)</b>				<b>32.237.001,09</b>	<b>35.418.277,54</b>	<b>38.433.940,92</b>
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO A SER CONSIDERADA (IX = III - VIII)</b>	<b>1.716.087,50</b>	<b>4.026.750,06</b>	<b>2.074.678,79</b>	<b>- 2.175.712,01</b>	<b>- 2.219.230,44</b>	<b>- 2.269.803,53</b>

JUROS E ENCARGOS ATIVOS (Variações Patrimoniais Aumentativas)	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025
	Saldo	Saldo	Saldo	Projeção	Projeção	Projeção
4.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss -Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss – Município	-	-	-	-	-	-
4.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.3.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.4.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.5.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – Município	-	-	-	-	-	-
4.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Externos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
4.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.5.1.1.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - Consolidação	26.523,70	2.060,44	-	10.552,31	4.540,59	5.408,29
4.4.5.2.1.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação	1.461.012,34	1.194.544,29	-	980.342,99	782.959,42	631.850,03
<b>SOMA DOS JUROS E ENCARGOS ATIVOS (X)</b>	<b>1.487.536</b>	<b>1.196.605</b>	<b>0</b>	<b>990.895</b>	<b>787.500</b>	<b>637.258</b>

JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (Variações Patrimoniais Diminutivas)	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025
	Saldo	Saldo	Saldo	Projeção	Projeção	Projeção
3.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	104.956,10	64.388,88		62.516,52	45.685,94	38.772,55
3.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.1.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Externos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Externos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
<b>SOMA DOS JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XI)</b>	<b>104.956,10</b>	<b>64.388,88</b>	<b>-</b>	<b>62.516,52</b>	<b>45.685,94</b>	<b>38.772,55</b>
<b>RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XII = IX + X - XI)</b>	<b>3.098.667,44</b>	<b>5.158.965,91</b>	<b>2.074.678,79</b>	<b>- 1.247.333,23</b>	<b>- 1.477.416,38</b>	<b>- 1.671.317,76</b>



Município de Nova Esperança do Sul – RS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS – VALORES ATUALIZADOS PELA LOA  
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2023				2024				2025			
	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL
	Corrente	Constante	(a / PIB)	(a / RCL)	Corrente	Constante	(b / PIB)	(b / RCL)	Corrente	Constante	(c / PIB)	(c / RCL)
	(a)		x 100	x 100	(b)		x 100	x 100	(c)		x 100	x 100
Receita Total	32.203.495,01	30.611.687,27		110,58%	35.450.231,61	32.621.431,56		109,81%	38.527.462,09	34.420.495,33		109,29%
Receitas Primárias (I)	30.061.289,08	28.575.369,85		103,23%	33.199.047,10	30.549.883,41		102,84%	36.164.137,38	32.309.097,31		102,58%
Receitas Primárias Correntes	29.624.198,69	28.159.884,69		101,72%	32.740.299,88	30.127.742,56		101,42%	35.683.201,17	31.879.428,14		101,22%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.598.684,54	2.470.232,45		8,92%	2.651.781,15	2.440.178,62		8,21%	2.906.220,43	2.596.421,91		8,24%
Contribuições	973.207,03	925.101,74		3,34%	953.447,83	877.366,15		2,95%	950.818,41	849.462,66		2,70%
Transferências Correntes	25.740.090,99	24.467.767,10		88,39%	28.809.259,61	26.510.385,06		89,24%	31.486.741,34	28.130.304,31		89,32%
Demais Receitas Primárias Correntes	312.216,12	296.783,39		1,07%	325.811,29	299.812,73		1,01%	339.421,00	303.239,25		0,96%
Receitas Primárias de Capital	437.090,40	415.485,17		1,50%	458.747,22	422.140,85		1,42%	480.936,21	429.669,17		1,36%
Despesa Total	32.570.682,98	30.960.725,27		111,84%	35.768.312,66	32.914.130,88		110,80%	38.798.235,16	34.662.404,41		110,06%
Despesas Primárias (II + IIa)	32.237.001,09	30.643.537,16		110,70%	35.418.277,54	32.592.027,30		109,71%	38.433.940,92	34.336.943,36		109,02%
Despesas Primárias Correntes	22.833.026,18	21.704.397,51		78,40%	24.511.759,43	22.555.809,82		75,93%	26.832.305,37	23.972.023,89		76,11%
Pessoal e Encargos Sociais	12.341.857,09	11.731.803,32		42,38%	11.870.829,16	10.923.580,00		36,77%	11.666.046,71	10.422.464,51		33,09%
Outras Despesas Correntes (Primárias)	10.491.169,09	9.972.594,19		36,02%	12.640.930,26	11.632.229,82		39,16%	15.166.258,65	13.549.559,37		43,02%
Despesas Primárias de Capital	2.304.648,60	2.190.730,61		7,91%	4.723.102,49	4.346.216,02		14,63%	7.935.623,82	7.089.698,82		22,51%
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	1.009.991,91	960.068,36		3,47%	1.010.797,80	930.139,80		3,13%	1.079.713,79	964.618,00		3,06%
Reserva de Contingência (II-a)	6.089.334,40	5.788.340,68		20,91%	5.172.617,82	4.759.861,66		16,02%	2.586.297,95	2.310.602,66		7,34%
Resultado Primário (III) = (I – II)	- 2.175.712,01	- 2.068.167,31		-7,47%	- 2.219.230,44	- 2.042.143,89		-6,87%	- 2.269.803,53	- 2.027.846,05		-6,44%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	990.895,30	941.915,69		3,40%	787.500,01	724.660,36		2,44%	637.258,32	569.327,59		1,81%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	62.516,52	59.426,35		0,21%	45.685,94	42.040,37		0,14%	38.772,55	34.639,46		0,11%
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	- 1.247.333,23	- 1.185.677,98		-4,28%	- 1.477.416,38	- 1.359.523,90		-4,58%	- 1.671.317,76	- 1.493.157,92		-4,74%
Dívida Pública Consolidada	867.789,27	824.894,74		2,98%	841.154,51	774.033,43		2,61%	826.973,53	738.819,46		2,35%
Dívida Consolidada Líquida	- 7.118.435,25	- 6.766.573,43		-24,44%	- 8.437.954,21	- 7.764.636,03		-26,14%	- 8.654.216,14	- 7.731.690,33		-24,55%
Receitas Primárias advindas de PPP (VII)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%

Conforme o Item 02.00.02.01 do Manual dos Demonstrativos Fiscais, as METAS FISCAIS representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais visando atingir os objetivos desejados quanto à trajetória de endividamento no médio prazo. Pelo princípio da gestão fiscal responsável, as metas representam a conexão entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Esses parâmetros indicam os rumos da condução da política fiscal para os próximos exercícios e servem de indicadores para a promoção da limitação de empenho e de movimentação financeira.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

1 – as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de investimentos permanentes e temporários;

2 – as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

3 – o resultado primário ACIMA DA LINHA corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município, ressaltando-se que, para fins de equilíbrio formal entre os valores previstos, e de acordo com as instruções do Item 03.06.05.01 do Manual dos Demonstrativos Fiscais, os valores projetados da Reserva de Contingência estão sendo somados às despesas primárias.

4 – o resultado nominal que, para fins do Anexo e avaliação das metas fiscais deve ser calculado pelo critério ACIMA DA LINHA foi obtido a partir do resultado primário somado ao resultado da comparação entre os juros ativos e passivos, representado a variação do estoque da dívida;

5 – a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;

6 – a dívida Consolidada Líquida – DCL – corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

**Premissas e Metodologia Utilizadas:**

1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na **Tabela 01**. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2019, 2020 e 2021) e os valores re-estimados para o exercício atual (2022), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.

2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeios. Quanto aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no **Anexo IV**. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.

3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários. As **Tabelas 03 e 04** demonstram, respectivamente, as projeções para a Receita Corrente Líquida e Limites para os Gastos com Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo.

4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 0,50%, 1,80% e 2,00% e das taxas de inflação (IPCA), de 5,20%, 3,30% e 3,00%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 15/07/2022.

5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.

6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 924/2021. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisado por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2023. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas. A memória de cálculo do Resultado Primário e Nominal pelo critério acima da linha está especificada na **Tabela 06**.

7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada, utilizou-se, como parâmetro de correção a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC, de 10,75%, 8,00% e 7,50%, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 15/07/2022.

8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração o provável saldo existente em 31/12/2022, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.

9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas para o ano de referência da LDO, os números mais representativos no contexto das projeções:

**9.1** - A receita total estimada para o exercício de 2023, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 32.203.495,01, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 2.059.040,56), das resultantes de Operações de Crédito (R\$ 0,00), das Alienações de Investimentos (R\$ 0,00) e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$ 9.818,98), e ainda a dedução das receitas intraorçamentárias, resultam numa Receita Primária de R\$ 30.061.289,08.

**9.2** - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 32.611.728,88. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 103.027,46, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 0,00, a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 230.654,43, e, ainda, as despesas intraorçamentárias, tem-se que as despesas primárias para 2023 foram previstas em R\$ 32.278.046,99. A **tabela 02** evidencia o detalhamento das projeções da receita e despesa.

**9.3** - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2023 que foi inicialmente prevista em -R\$ 2.202.048,56 a qual entendemos como insuficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO.

**10** - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na **Tabela 05**.

Município de Nova Esperança do Sul – RS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METAS ANUAIS - RPPS**  
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2023			2024			2025		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total RPPS	3.957.002,60	3.761.409,32	Preenchimento Opcional Cfe 12ª Edição do MDF	3.965.828,21	3.649.369,48	Preenchimento Opcional Cfe 12ª Edição do MDF	4.024.444,83	3.595.445,35	Preenchimento Opcional Cfe 12ª Edição do MDF
Receitas Primárias RPPS (I)	2.179.629,51	2.071.891,17		2.096.753,33	1.929.440,01		2.060.794,76	1.841.117,29	
Despesa Total RPPS	3.957.002,60	3.761.409,32		3.965.828,21	3.649.369,48		4.024.444,83	3.595.445,35	
Despesas Primárias RPPS (II)	3.957.002,60	3.761.409,32		3.965.828,21	3.649.369,48		4.024.444,83	3.595.445,35	
Resultado Primário RPPS (I – II)	- 1.777.373,09	- 1.689.518,15		- 1.869.074,88	- 1.719.929,47		-1.963.650,07	-1.754.328,06	

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de Nova Esperança do Sul – RS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em	% PIB	% RCL	Variação	
	2021 (a)			2021 (b)			Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	23.417.170,60	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 12ª edição do MDF	100,61%	25.279.161,78	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 12ª edição do MDF	108,61%	1.861.991,18	7,95%
Receita Primárias (I)	21.135.696,34		90,81%	24.050.288,75		103,33%	2.914.592,41	13,79%
Despesa Total	23.675.310,35		101,72%	20.305.882,81		87,24%	- 3.369.427,54	-14,23%
Despesa Primárias (II)	23.400.630,91		100,54%	20.036.713,34		86,08%	- 3.363.917,57	-14,38%
Resultado Primário (I-II)	- 2.264.934,57		-9,73%	4.013.575,41		17,24%	6.278.509,98	-277,20%
Resultado Nominal	3.054.809,24		13,12%	4.629.290,03		19,89%	1.574.480,79	51,54%
Dívida Pública Consolidada	877.135,00		3,77%	883.697,45		3,80%	6.562,45	0,75%
Dívida Consolidada Líquida	- 1.690.210,88		-7,26%	- 7.789.168,42		-33,46%	- 6.098.957,54	360,84%

**Valor da Receita Corrente Líquida de 2021** R\$ **23.275.770**

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2021), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2021 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, ficou em R\$ 4.013.575,41, valor 277,20% superior à meta estabelecida para o ano, que era de -R\$ 2.264.934,57. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 24.050.288,75, superando em 13,79% a projeção para o período de R\$ 21.135.696,34. As despesas não financeiras atingiram R\$ 20.036.713,34, estabelecendo-se -14,38% abaixo da previsão orçamentária. Não obstante a sua retração, corresponderam a 13,99% do total das receitas primárias não comprometendo, dessa forma, a obtenção do superavit primário.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho favorável apresentado pela receita, tendo sido fortemente condicionado pelo comportamento das receitas correntes, que apresentaram um incremento de 16,31% em relação ao valor consignado no orçamento. Destaca-se no exercício de 2021 o desempenho dos grupos de receita tributária e patrimonial frustraram a expectativa, respectivamente, em 12,66% e 30,02%. Já as transferências correntes superaram a expectativa em 25,62%.

A dívida consolidada totalizou R\$ 883.697,45, valor 0,75% superior ao saldo de R\$ 877.135,00 estimado para o exercício. Tal comportamento é reflexo da variação da taxa SELIC no decorrer do exercício.

No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2021, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida em -R\$ 1.690.210,88. Contudo, os resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício apontam que o estoque da dívida, atualizado em dezembro daquele ano era de -R\$ 7.789.168,42 que, comparado com o montante apurado ao final do ano anterior (2020,) apresentou um acréscimo de -R\$ 4.341.290,03, valor este, que, de acordo com os conceitos estabelecidos no Manual dos Demonstrativos Fiscais, representa o Resultado Nominal pelo critério Abaixo da Linha.

Município de Nova Esperança do Sul – RS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
EXERCÍCIO DE 2023

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)											R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2020	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %	2024	Variação%	2025	Variação %
Receita Total	20.396.169,22	23.417.170,60	14,81%	29.008.186,43	23,88%	32.203.495,01	11,02%	35.450.231,61	10,08%	38.527.462,09	8,68%
Receitas Primárias (I)	18.471.595,93	21.135.696,34	14,42%	26.469.324,81	25,24%	30.061.289,08	13,57%	33.199.047,10	10,44%	36.164.137,38	8,93%
Despesa Total	20.746.981,26	23.675.310,35	14,11%	24.634.128,96	4,05%	32.570.682,98	32,22%	35.768.312,66	9,82%	38.798.235,16	8,47%
Despesas Primárias (II)	20.549.806,17	23.400.630,91	13,87%	24.348.609,15	4,05%	32.237.001,09	32,40%	35.418.277,54	9,87%	38.433.940,92	8,51%
Resultado Primário (I – II)	- 2.078.210,24	- 2.264.934,57	8,98%	2.120.715,66	-193,63%	- 2.175.712,01	-202,59%	- 2.219.230,44	2,00%	- 2.269.803,53	2,28%
Resultado Nominal	1.460.365,26	3.054.809,24	109,18%	2.074.678,79	-32,08%	- 1.247.333,23	-160,12%	- 1.477.416,38	18,45%	- 1.671.317,76	13,12%
Dívida Pública Consolidada	751.104,61	877.135,00	16,78%	771.976,82	-11,99%	867.789,27	12,41%	841.154,51	-3,07%	826.973,53	-1,69%
Dívida Consolidada Líquida	- 1.799.642,43	- 1.690.210,88	-6,08%	- 10.406.258,95	515,68%	- 7.118.435,25	-31,59%	- 8.437.954,21	18,54%	- 8.654.216,14	2,56%

Receita Total											
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2020	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %	2024	Variação %	2025	Variação %
Receita Total	24.219.172,92	25.264.785,36	4,32%	29.008.186,43	14,82%	30.611.687,27	5,53%	32.621.431,56	6,57%	34.420.495,33	5,51%
Receitas Primárias (I)	21.933.862,74	22.803.302,78	3,96%	26.469.324,81	16,08%	28.575.369,85	7,96%	30.549.883,41	6,91%	32.309.097,31	5,76%
Despesa Total	24.635.740,24	25.543.292,34	3,68%	24.634.128,96	-3,56%	30.960.725,27	25,68%	32.914.130,88	6,31%	34.662.404,41	5,31%
Despesas Primárias (II)	24.401.607,18	25.246.940,69	3,46%	24.348.609,15	-3,56%	30.643.537,16	25,85%	32.592.027,30	6,36%	34.336.943,36	5,35%
Resultado Primário (I – II)	- 2.467.744,44	- 2.443.637,91	-0,98%	2.120.715,66	-186,79%	- 2.068.167,31	-197,52%	- 2.042.143,89	-1,26%	- 2.027.846,05	-0,70%
Resultado Nominal	1.734.092,24	3.295.833,69	90,06%	2.074.678,79	-37,05%	- 1.185.677,98	-157,15%	- 1.359.523,90	14,66%	- 1.493.157,92	9,83%
Dívida Pública Consolidada	891.889,66	946.340,95	6,11%	771.976,82	-18,43%	824.894,74	6,85%	774.033,43	-6,17%	738.819,46	-4,55%
Dívida Consolidada Líquida	- 2.136.962,62	- 1.823.568,52	-14,67%	- 10.406.258,95	470,65%	- 6.766.573,43	-34,98%	- 7.764.636,03	14,75%	- 7.731.690,33	-0,42%

Conforme o Manual dos Demonstrativos Fiscais da STN, o objetivo do Demonstrativo é **dar transparência às** informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes, para uma melhor avaliação da política fiscal , de forma a permitir a análise da política fiscal em uma linha do tempo, combinando execução passada e perspectivas futuras, validando a consistência dessas últimas. Assim, são demonstradas as metas fiscais previstas para o exercício da LDO (2023), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2020, 2021 e 2022), bem como para os dois seguintes (2024 e 2025), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2020, 2021 e 2022 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1 - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.

Município de Nova Esperança do Sul – RS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
EXERCÍCIO DE 2023

**AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)**

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	13.849.497,25	70,77%	12.172.232,13	87,89%	10.514.297,70	86,38%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	5.721.591,02	29,23%	1.682.686,91	12,15%	1.654.489,97	13,59%
Ajustes de Exerc. Anteriores	-	0,00%	(5.421,79)	-0,04%	3.444,46	0,03%
<b>TOTAL</b>	<b>19.571.088,27</b>	<b>100,00%</b>	<b>13.849.497,25</b>	<b>100,00%</b>	<b>12.172.232,13</b>	<b>100,00%</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	(3.673.876,74)	90,49%	3.780.544,49	-102,90%	1.969.571,53	52,10%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	(383.316,78)	9,44%	(3.582.535,13)	97,51%	1.810.972,96	47,90%
Ajustes de Exerc. Anteriores	(2.882,87)	0,07%	(3.871.886,10)	105,39%	-	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>(4.060.076,39)</b>	<b>100,00%</b>	<b>(3.673.876,74)</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.780.544,49</b>	<b>100,00%</b>

CONSOLIDAÇÃO GERAL						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	10.175.620,51	65,60%	15.952.776,62	156,77%	12.483.869,23	78,26%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	5.338.274,24	34,42%	(1.899.848,22)	-18,67%	3.465.462,93	21,72%
Ajustes de Exerc. Anteriores	(2.882,87)	-0,02%	(3.877.307,89)	-38,10%	3.444,46	0,02%
<b>TOTAL</b>	<b>15.511.011,88</b>	<b>100,00%</b>	<b>10.175.620,51</b>	<b>100,00%</b>	<b>15.952.776,62</b>	<b>100,00%</b>

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2019, 2020 e 2021), para fins do disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Conforme estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Nesse aspecto, cumpre destacar que, na linha "Resultado Acumulado", **foram considerados os valores de ajustes de exercícios anteriores**, os quais, apesar de não terem sido considerados na apuração do resultado do exercício, tiveram influência da variação do saldo do Patrimônio Líquido.

É preciso enfatizar que a Administração Direta do Município, bem como as Autarquias e as Fundações Públicas, seguem as normas da Lei Federal nº 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei Federal nº 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superavit ou Deficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 114/1991, está sobre a gestão do Fundo de Previdência e Assistência do Servidor – FPAS, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2019 a 2021, aponta que o saldo patrimonial decresceu de R\$ 15.952.776,62 em 31.12.2019 para R\$ 15.511.011,88 em 31.12.2021.

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2021 com superavit patrimonial, cujo principal fator foi a evolução da arrecadação.

Município de Nova Esperança do Sul – RS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2021	2020	2019
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2019			248.007,04
RECEITAS DE CAPITAL	28.653,75	12.544,21	39.141,92
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	28.653,75	12.544,21	39.141,92
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	28.653,75	12.544,21	39.141,92
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienação de Bens	681,87	242,17	2.510,94
<b>TOTAL</b>	29.335,62	12.786,38	289.659,90

DESPESAS EXECUTADAS	2021	2020	2019
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	50.951,48	12.314,21	241.136,19
Investimentos	50.951,48	12.314,21	241.136,19
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
<b>TOTAL</b>	50.951,48	12.314,21	241.136,19
<b>SALDO FINANCEIRO</b>	27.380,02	48.995,88	48.523,71

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2019, 2020 e 2021).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de Nova Esperança do Sul – RS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS**  
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (I)	3.707.528,62	3.225.417,18	2.851.029,15
Receita de Contribuições dos Segurados	489.310,72	571.546,97	704.577,59
Civil	489.310,72	571.546,97	704.577,59
Ativo	487.475,87	570.295,18	703.621,64
Inativo	1.834,85	1.251,79	955,95
Pensionista			
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais	1.081.308,93	1.151.768,21	1.171.506,25
Civil	1.081.308,93	1.151.768,21	1.171.506,25
Ativo	1.081.308,93	1.150.854,11	1.169.741,59
Inativo		914,10	1.764,66
Pensionista			
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial	2.136.659,87	1.461.012,34	974.114,06
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	2.136.659,87	1.461.012,34	974.114,06
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	249,10	41.089,66	831,25
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		528,14	831,25
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) <sup>1</sup>			
Demais Receitas Correntes	249,10	40.561,52	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)</b>	<b>3.707.528,62</b>	<b>3.225.417,18</b>	<b>2.851.029,15</b>
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2019	2020	2021
Benefícios - Civil	807.211,84	902.189,43	947.885,66
Aposentadorias	617.330,43	786.313,93	834.355,63
Pensões	96.574,65	97.785,91	113.530,03
Outros Benefícios Previdenciários	93.306,76	18.089,59	
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias	9.827,80	6.711,72	6.247,80
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	9.827,80	6.711,72	6.247,80
Demais Despesas Previdenciárias			
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)</b>	<b>817.039,64</b>	<b>908.901,15</b>	<b>954.133,46</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)<sup>2</sup></b>	<b>2.890.488,98</b>	<b>2.316.516,03</b>	<b>1.896.895,69</b>
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2019	2020	2021
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2019	2020	2021
VALOR	2.001.550,00	2.464.268,00	2.201.384,09

<b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			

<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações	20.483.875,31	22.370.579,64	23.815.313,75
Outro Bens e Direitos	177.457,04	288.000,00	490.886,49

<b>RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
RECEITAS CORRENTES	79.400,00	79.382,00	94.336,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)</b>	<b>79.400,00</b>	<b>79.382,00</b>	<b>94.336,00</b>

<b>DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
DESPESAS CORRENTES (XIII)	67.641,75	44.522,17	60.953,46
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	1.270,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)</b>	<b>67.641,75</b>	<b>45.792,17</b>	<b>60.953,46</b>

<b>RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)</b>	<b>11.758,25</b>	<b>33.589,83</b>	<b>33.382,54</b>
---	------------------	------------------	------------------

#### PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

<b>PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>				
<b>EXERCÍCIO</b>	<b>Receitas Previdenciárias</b>	<b>Despesas Previdenciárias</b>	<b>Resultado Previdenciário</b>	<b>Saldo Financeiro do Exercício</b>
	<b>(a)</b>	<b>(b)</b>	<b>(c) = (a-b)</b>	<b>(d) = (d Exercício Anterior) + (c)</b>
2019	670.823,48	561.830,50	108.992,98	20.481.535,07
2020	1.473.448,09	1.060.215,10	413.232,99	20.894.768,06
2021	1.333.839,98	962.161,95	371.678,03	21.266.446,09

#### NOTA:

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterà a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS. O objetivo principal é dar transparência à situação financeira e atuarial do RPPS para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA.

Segundo a Portaria MPS 464/2018, o equilíbrio financeiro representa a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações dos RPPS, em cada exercício financeiro, ou seja, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios por ele assegurados.

O equilíbrio atuarial, por sua vez, representa a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo, devendo as alíquotas de contribuição do sistema ser definidas a partir do cálculo atuarial que leve em consideração uma série de critérios, como a expectativa de vida dos segurados e o valor dos benefícios de responsabilidade do respectivo RPPS, segundo a sua legislação.

Nesse contexto, os dados acima apresentados tiveram em como base:

- a) o Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no último bimestre dos exercícios de 2019, 2020 e 2021; e
- b) o Anexo 10 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência, publicado no último bimestre do exercício de 2021.



Município de Nova Esperança do Sul – RS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
**EXERCÍCIO DE 2023**

**AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)**

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2023	2024	2025	
ISSQN	Desconto		1.660,48	1.715,28	1.766,73	Vide Observação abaixo
IPTU	Desconto		100.797,80	104.124,13	107.247,85	
TAXA DE LOCALIZAÇÃO E VISTORIA	Isenção Micro empreendedores individuais conforme Lei da Liberdade Econômica		51.095,43	52.781,58	54.365,03	
				0,00	0,00	
				0,00	0,00	
				0,00	0,00	
<b>TOTAL</b>			<b>153.553,71</b>	<b>158.620,98</b>	<b>163.379,61</b>	<b>-</b>

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2022 foram previstos de acordo com informações da Administração tributária da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2024 e 2025, foram calculados a partir dos valores de 2023, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2024: 3,30%

Inflação para 2025: 3,00%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os valores serão objeto de renúncia fiscal de receita nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

A concessão de incentivos fiscais é um instrumento que visa, entre outros objetivos, fomentar o desenvolvimento econômico do Município, atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população. Já os benefícios fiscais se prestam para reduzir as desigualdades sociais, desonerando determinados segmentos da sociedade do pagamento de alguns tributos, como é o caso da isenção de iptu para os aposentados de baixa renda. Diante disso pode-se afirmar que, com a devida responsabilidade, é salutar o uso desses instrumentos que tem objetivos econômicos e sociais.

O tema é destacado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infralegal.

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 165, § 6º, estabelece o controle sobre as renúncias de receita, com o nítido objetivo de promover o equilíbrio fiscal. Por sua vez, a LRF estabeleceu em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

Nesse contexto, e conforme as diretrizes estabelecidas no Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica evidenciado que a Administração opta pela medida de compensação prevista no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas pelo *aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição*, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de Nova Esperança do Sul – RS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2023
<b>Aumento Permanente da Receita</b>	<b>(338.573,49)</b>
Decorrente de Receitas Tributárias	61.841,75
Decorrente de Transferências Correntes	(400.415,25)
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(13.916,87)
<b>Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)</b>	<b>(352.490,36)</b>
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	<b>(352.490,36)</b>
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
<b>Novas DOCC</b>	<b>(1.763.113,98)</b>
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	(425.236,18)
Relativas a Outras Despesas Correntes	(1.337.877,80)
<b>Novas DOCC geradas por PPP</b>	-
<b>Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)</b>	<b>1.410.623,62</b>

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2023 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2022-2023.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2023, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2021-2022 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão. Quando negativo (**SEM MARGEM**), o resultado apresentado é meramente indicativo de alerta para a criação de novas DOCC. Quando for positivo é indicativo da possibilidade de criação de novas DOCC.

Município de Nova Esperança do Sul – RS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
**EXERCÍCIO DE 2023**

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	50.000,00	Abertura de créditos adicionais com o saldo da reserva de contingência, ou por redução de saldo de dotações	50.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	60.000,00	Abertura de créditos adicionais com o saldo da reserva de contingência, ou por redução de saldo de dotações	60.000,00
Outros Passivos Contingentes			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>110.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>110.000,00</b>

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	80.000,00	Limitação de empenho, conforme LDO	80.000,00
Restituição de Tributos a Maior	5.000,00	Devolução de tributos a maior com probabilidade de vir a ocorrer no exercício	5.000,00
Discrepância de Projeções:	200.000,00	Estimativa do montante de redução no valor dos ingressos ou de aumento no valor dos desembolsos que apresentam probabilidade de vir a ocorrer no exercício	200.000,00
Outros Riscos Fiscais			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>285.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>285.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>395.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>395.000,00</b>

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

1 - Os valores referente aos **PASSIVOS CONTINGENTES**, representam a estimativa de possível obrigações em 2023, cuja existência será confirmada somente em caso de ocorrência de um mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle do Município entidade. Também poderão representar possíveis obrigações decorrentes de eventos passados, mas que não estão reconhecidas contabilmente e tampouco contam com previsão de recursos no orçamento porque é improvável a sua liquidação em 2023.

2 - Os **DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS** estão relacionados principalmente aos riscos orçamentários relacionados com a possibilidade da ocorrência de impactos negativos na execução orçamentária, devido a fatores tais como as receitas previstas não se realizarem (frustração de à necessidade de execução de despesas inicialmente não fixadas (abertura de créditos especiais e/opu extraordinários) ou orçadas a menor (créditos suplementares).

**MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL:**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023**  
**ANEXO IV**

**RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E A EXECUTAR E DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO**

(Art. 45 da LRF)

			EXECUÇÃO %			RECURSOS PRIORIZADOS PARA 2023		
IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	INÍCIO DA EXECUÇÃO	VALOR DO PROJETO	ATÉ EXERC ANTERIOR - 2021	NO EXERCÍCIO DE 2022	A EXECUTAR EM 2023	PROJETOS EM EXECUÇÃO	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	NOVOS PROJETOS
Pavimentação com pedras poliédricas, Instalação de meio fio, construção de passeios públicos e sinalização das ruas Breno Frizzo e 8 de Março no Bairro Padre Abraão. Convênio 896283/2019	2022	R\$ 299.160,19		50,00%	50,00%	R\$ 60.410,19		
Aquisição de Patrulha Agrícola Mecanizada e implementação da oficina da Patrulha Agrícola – Vassoura recolhedora equipada com tanque espargidor, Soldador MIG completo com gás, Kit ferramentas, Roçadeira lateral à gasolina semi-profissional, Grade niveladora e Grampo enleirador agrícola. Convênio 901543/2020	2022	R\$ 129.924,64		50,00%	50,00%	-		

Aquisição de equipamentos – Balança mecânica bovina aprovada pelo INMETRO e aferida pelo IPEN, Colhedora de forragens ensiladeira, Banheiro de aspersão e Convênio 901351/2020	2022	R\$ 112.939,32		50,00%	50,00%	R\$ 12.939,32		
Aquisição de Patrulha Agrícola Mecanizada – Trator Agrícola Novo - Pré-convênio 911882/2021	2023	R\$ 238.316,66			100,00%			R\$ 123.716,66
Reforma e Ampliação da Extensão da Escola São José – CIEP LEONEL DE MOURA BRIZOLA – Obra ID4002953	2023	R\$ 243.960,58			100,00%			R\$ 123.960,58
Recuperação de Estradas Vicinais – Convênio com a SOP/RS- Linha Três, Linha Um, Coxilha Alegre, Curuçu.Convênio 1619	2023	R\$ 137.597,80			100,00%			R\$ 37.597,80
Consulta Popular 18/19 – Aquisição de Calcário para os pequenos agricultores	2023	R\$ 88.325,20			100,00%			R\$ 8.832,52
Consulta Popular 18/19 – Construção de poço(s) Artesiano(s)	2023	R\$ 55.555,56			100,00%			R\$ 5.555,56
Consulta Popular 18/19 – Aquisição de equipamentos para poços artesanais	2023	R\$ 29.492,68			100,00%			R\$ 4.140,64
Aquisição de calcareadeira – Convênio 925921/2022	2023	R\$ 110.333,33			100,00%			R\$ 10.058,33

Construção de Módulos Sanitários – Programa Nenhuma Casa Sem Banheiro – Convênio 0759/2022	2023	R\$ 183.734,27			100,00%			R\$ 83.734,23
Perfuração de Poço Artesiano na Localidade da Linha Cinco – Convênio 0697/2022	2023	R\$ 140.000,00			100,00%			R\$ 70.000,00
Pavimentação Asfáltica Avenida Ipiranga – Convênio 3911	2022	R\$ 394.897,71		70,00%	30,00%	355.423,67		R\$ 39.474,04
Construção de Quadra Coberta – Convênio 0227/2022	2023	R\$ 394.470,57			100,00%			R\$ 94.470,57
Recuperação de Estradas Vicinais – Convênio Consulta Popular 2022 – Rebaixamento de Cerro da Linha Um	2023	R\$ 92.341,18			100,00%			R\$ 28.231,62
<b>Total dos Recursos a Priorizar</b>						R\$ 428.773,18	-	R\$ 629.772,55

Fonte: SAGEP